



Michel Husson

Miséria do Capital. Uma crítica do neoliberalismo

Editions Terramar, Lisboa, 1999

CAPITULO 7

A HIPÓTESE SOCIALISTA

As «realizações do capitalismo contemporâneo» traçam um quadro bastante inquietante, que pode resumir-se em alguns pontos. Em primeiro lugar, o capitalismo mundial já não assegura um desenvolvimento integral do conjunto dos países que domina. Um número crescente de países afunda-se numa grave regressão, e os exemplos de êxito só são possíveis devido ao seu carácter excepcional. As imensas potencialidades abertas pela automatização em matéria de qualificação e de enriquecimento do trabalho vêm o seu alcance limitado por um sistema económico que impõe a sua própria lógica, visando garantir o controlo e a subordinação da maioria dos trabalhadores. Esta subutilização sistemática das potencialidades da tecnologia verifica-se igualmente à escala do planeta: a concorrência generalizada tende a dissociar o espaço económico mundial e constitui uma das principais alavancas tendentes à exclusão de zonas inteiras do processo de desenvolvimento. Finalmente, face ao desafio que representam os progressos da automatização que vêm minar inexoravelmente os seus critérios de funcionamento, o capitalismo tende a reagir fazendo a economia caminhar de lado ou, por outras palavras, procurando modelar o modo de crescimento de maneira a manter à força os limites de um modo de produção a partir de agora complicado. Enquanto se inicia, pelo menos em potência, a era da abundância, o capitalismo é levado a realizar uma grande inversão, que é a condição da sua perpetuação. Esta inversão é extremamente perigosa, porque é portadora de uma sociedade de exclusão, baseada na desigualdade e na submissão do conjunto da sociedade a camadas privilegiadas bem adaptadas a critérios económicos dominantes e beneficiando de vantagens relativas sempre cada vez mais exíguas. Esta «barbárie electrónica» está em vias de emergir nos países capitalistas de hoje, e uma das suas componentes mais perniciosas é a humilhação imposta aos «perdedores» e a negação da sua exploração, sob pretexto de «modernismo».

Mesmo em relação aos seus próprios critérios e em todo o caso em relação ao da satisfação das necessidades, o capitalismo contemporâneo funciona cada vez pior. O que é incapaz de fazer, no fundo, é organizar as relações entre esferas que se situam de forma diferente em relação ao progresso técnico. Porque este último não actua da mesma maneira na produtividade social em todos os sectores nem em todas as regiões do mundo. Em vez de se difundirem, para que toda a humanidade delas beneficie, as tecnologias de ponta inscrevem-se num processo implacável de selecção e de reprodução de uma hierarquia cada vez mais artificial. Um dos principais desafios que o capitalismo é incapaz de enfrentar é a

organização da coexistência entre estes sectores e países de produtividade diferente. Pelo contrário, obstina-se num projecto insensato que pretende reabsorver brutalmente estas diferenças por uma concorrência generalizada. Neste movimento, o capitalismo exclui os menos produtivos e nega-lhes o direito ao emprego e à satisfação de necessidades elementares. Impor-se-ia, pelo contrário, imaginar uma distribuição do trabalho diferente que o livre câmbio e os mecanismos de um mercado totalmente desenfreado não conseguem estabelecer. Seria preciso que a máquina económica estivesse condicionada de maneira a funcionar com um rendimento médio eventualmente inferior, em vez de procurar alinhar-se pelas *performances* mais elevadas. Isso quer dizer que se deveria considerar uma longa fase de transição, organizando esta coexistência de sectores de fraca produtividade com os sectores ultramodernos e assegurando as transferências necessárias de excedentes destes últimos para os primeiros sob forma de trabalhos de infraestrutura, de formação, de investimentos materiais e imateriais, etc. A verdadeira modernidade pós-capitalista deveria provavelmente representar uma combinação paradoxal de ultra-eficácia e de estabilização progressiva de métodos de produção medianamente bem sucedidos. Ela consistiria numa política de ordenamento do planeta, tal como se pôde falar de ordenamento do território, visando uma satisfação óptima das necessidades sociais.

Não vale a pena estarmos com rodeios. Este modo de organização económica e social sempre foi designado pelo termo *socialismo*. Os crimes cometidos em seu nome nos países ditos socialistas não devem conduzir a renunciar a esta palavra, porque isso seria admitir que o estalinismo é a única encarnação possível de uma alternativa ao capitalismo. A questão que continua a colocar-se é saber se um melhor sistema de organização social é não só desejável, mas possível. E o esboço que dele se pode fazer decorre naturalmente da crítica do capitalismo contemporâneo, do capitalismo realmente existente. Se um dos seus traços distintivos é recusar produzir o que não se alinha pelas normas de rendibilidade mais avançadas, então o socialismo deveria no fundo definir-se como um sistema económico que permite, pelo contrário, produzir o necessário, mesmo que este não seja «rendível» no sentido preciso e estrito deste termo.

A nossa crítica do capitalismo não é no fundo outra coisa senão uma oposição de princípio, baseada só em convicções políticas, e até morais, e não exprime de certeza fascínio por um qualquer «modelo». Mas acontece muito simplesmente que há hoje muito mais razões para ser anticapitalista que há vinte e cinco anos, na medida em que, como se mostrou, o sistema capitalista funciona com uma legitimidade limitada. E não é mau recordar de passagem que o ascenso das lutas sociais a partir dos meados dos anos 60 coincidiu com um período florescente do capitalismo. Existem de resto muitas razões que permitem compreender porque razão o ciclo das lutas tende a acompanhar (Mandei, 1995) o da taxa de lucro: a entrada em recessão acaba por causar erosão na combatividade operária, e a perda de margem de manobra dos reformistas acaba por engendrar a ideia segundo a qual já nada é possível além de protestar.

Face a tal balanço, a questão de fundo, de um ponto de vista racional, é indicar com precisão de que forma uma hipotética organização socialista da economia conduziria a resultados diferentes dos que conhecemos hoje. O que se tentou mostrar até aqui é que a própria possibilidade de tal diferença remete para a existência de duas lógicas que governam o modo de desenvolvimento das sociedades, ou seja, o modo de utilização dos seus excedentes. Com efeito, estão disponíveis dois critérios de escolhas económicas: o critério do lucro e o das

necessidades. Sob o capitalismo, é o primeiro que domina, o que implica uma fraca capacidade de controlo da parte dos trabalhadores-consumidores. O investimento depende no essencial de decisões privadas tomadas pelos detentores dos meios de produção, em função do critério do lucro. Isso não quer dizer que os capitalistas podem produzir seja o que for, e vender sem problemas: uma das descobertas de Marx foi ter mostrado, pelo contrário, que não bastava produzir mais-valia, ainda era preciso transformá-la em dinheiro sonante e bem vivo, em siima, *realizá-la*. Isso só é possível obedecendo de certa maneira à lógica das necessidades: para vender uma mercadoria, é necessário que esta tenha um valor de uso, em suma, que corresponda a uma necessidade social. Não é possível, pois, opor um capitalismo produtor de valores de troca sem utilidade a um socialismo produtor de valores de uso não mercantis. Os dois princípios combinam-se, mas em capitalismo o das necessidades é dominado.

Este domínio da lógica do lucro não significa que o capitalismo é absolutamente incapaz de satisfazer as necessidades humanas, mas muito exactamente isto: na lista das necessidades a satisfazer, ele selecciona a ordem na qual reagirá em função de critérios que lhe são próprios e que escapam em muito ao controlo dos “consumidores”. Entre as necessidades sociais e o que é finalmente produzido, o capitalismo intercala um filtro: o da rendibilidade. Há períodos em que a distorção não é demasiado grande, como nos anos de expansão do pós--guerra. Mas esta combinação feliz esgotou os seus efeitos e, no período recente, observa-se, pelo contrário, uma inadequação crescente entre as aspirações dos assalariados e as opções condicionadas pela lógica capitalista. Uma das principais teses deste livro é mostrar que a base objectiva deste divórcio reside na evolução das estruturas de consumo que se deslocam para produtos pouco susceptíveis de ganhos de produtividade.

O capitalismo, um optimum?

Os teóricos neoclássicos mais famosos pensam ter demonstrado que o capitalismo funciona o melhor possível. É toda uma discussão sobre o equilíbrio e o *optimum* que está na base daquilo a que se chama a microeconomia e cujos teoremas relevam de uma economia-ficção singular. Considera-se uma economia em que a repartição é específica, no sentido em que cada indivíduo é caracterizado pelos «serviços produtores» de que dispõe. Um tem terra, outro trabalho, outro uma máquina, este possui bens e aquele tem o sentido da gestão, etc. É uma teoria microeconómica absurda, mas é no entanto a que se ensina nas escolas de Engenharia e nas faculdades de Economia, na tradição inaugurada por Walras. Nesta representação da economia, os consumidores consomem e os produtores produzem. Os consumidores, racionais, gastam o seu rendimento de maneira a obter o máximo de satisfação. Quanto aos produtores, igualmente racionais, procuram produzir da maneira menos custosa possível ou, por outras palavras, maximizar os seus lucros. Graças aos mercados e aos preços que neles se formam, cada um pode trocar os seus serviços por mercadorias, e a situação daí resultante é um *optimum*, no sentido em que é a melhor possível, tendo em conta os dados do problema. Nestas condições, qualquer sistema que permita ao consumidor seleccionar o seu cabaz de consumo favorito e ao produtor calcular pelo melhor os seus custos conduz ao *optimum* e, nesse quadro teórico, tanto o «capitalismo» como o «socialismo» podem lá chegar. Há quem, como Debreu, que recebeu o Prémio Nobel, pense ter demonstrado «cientificamente» a «superioridade do capitalismo»; outros, como Oscar Lange,

procuraram pelo contrário demonstrar matematicamente que os dois sistemas podiam, por vias diferentes, obter resultados idênticos (Lange, 1972).

Este desvio pela economia neoclássica não é inútil, porque permite situar melhor a diferença possível entre os dois sistemas económicos. Se se tomar como dado adquirido a «dotação inicial de factores» de que falam os manuais e se se aceitar raciocinar num quadro de equilíbrio estático, então as propostas neoclássicas dificilmente são refutáveis. O ponto crucial é que as sociedades modernas não funcionam «em equilíbrio»; são sociedades que produzem excedentes cujo uso vai determinar as condições gerais do equilíbrio do período seguinte. Bem se pode deixar para os neoclássicos o mundo imaginário do equilíbrio, e raciocinarem dinâmica, isto é, examinar como o crescimento da produção vem modificar a sorte de uns e de outros. B ainda mais verdadeiro tratando-se do capitalismo, em que a acumulação modela constantemente a trajetória de toda uma sociedade.

Portanto a questão já não é tanto a realização de um equilíbrio num dado momento. Mais uma vez, no sentido que se dá a este termo, qualquer situação instantânea é um *optimum*, salvo excepção. Mas tudo muda com o tempo. E é esta distinção que se trata de estabelecer, porque se encontra na origem de um efeito ideológico fundamental do capitalismo, a saber, o hino à liberdade do consumidor. Se eu tiver 1000 F para gastar, é verdade que as lojas me oferecem a um momento dado uma oferta ilimitada. Posso gastar o meu dinheiro como eu quiser e, mais uma vez, como nada me impede de o fazer, obterei um máximo de satisfação, mas um máximo local. A mais longo prazo, tudo se resume a saber como vão modificar-se os parâmetros desta microssituação: como vai evoluir o meu salário, como vai evoluir a diversidade dos produtos que me são oferecidos, assim como os seus preços e, finalmente, quais serão as minhas necessidades amanhã. Todas estas questões apontam para as insuficiências principais da teoria dominante que, realmente, não lhes dá resposta. A matriz comum dessas questões remete para uma única ideia: como se reproduz a sociedade em que vivo? Isso depende de toda uma série de opções concernentes ao investimento definido no sentido lato. Os progressos da produtividade que servem de base ao crescimento da riqueza das sociedades humanas não se aplicam de maneira uniforme ao conjunto dos domínios. Ora, da mesma forma que se pode admitir que o consumidor é «livre» de gastar o seu rendimento, também ele está incapacitado quando se trata de ponderar sobre as opções e as orientações da sociedade. A domínio do critério do lucro implica, antes de mais nada, uma fraca capacidade de controlo social sobre as decisões de investimento.

Sejamos mais explícitos. Admitamos que uma sociedade produz a dado momento três tipos de bens: alimentos, casas e televisores. Podem classificar-se de duas maneiras esses diferentes bens. Segundo a sua capacidade de lucro, ou mais exactamente segundo a dinâmica provável desta capacidade de lucro: em virtude deste critério, que está em grande parte ligado aos ganhos de produtividade possíveis, são os televisores que vão ser privilegiados e é a este ramo que toda a maquinaria social capitalista vai procurar dar a prioridade. Isso não significa que os empresários vão criar necessidades *ex nihilo*: também é necessário que os consumidores tenham vontade de comprar televisores, que, de certa maneira, correspondem portanto a uma necessidade, mas que não é forçosamente a mais premente, como veremos. Portanto o capital vai acumular-se na indústria dos televisores, e é aí que os ganhos de produtividade vão realizar-se mais rapidamente, O preço relativo dos televisores vai baixar, pondo-os ao alcance da maioria, e esse movimento de

preços vai reforçar o carácter prioritário deste ramo. Ao mesmo tempo, o preço do alojamento vai ter tendência a aumentar em termos relativos, e essa será, pois, para a maioria, uma necessidade menos bem satisfeita. E o ciclo completa-se, de resto, quando a inacessibilidade relativa de uma melhor habitação suscita a necessidade compensadora de televisão!

Não há nesta descrição nenhum juízo de valor, a opor necessidades nobres a necessidades inferiores. A crítica não se baseia aqui numa abordagem moral e não implica que se disponha de uma escala de valores das necessidades. A constatação essencial, e suficiente, é que o capitalismo decide as ordens de prioridade e selecciona a partir dos seus próprios critérios as necessidades que entende satisfazer. Apenas nos podemos sentir chocados com a desigualdade de desenvolvimento nos diferentes sectores da actividade humana: compare-se só o luxo da mais pequena sucursal de banco e a espécie de miséria que preside ao funcionamento de muitas escolas. Aplique-se esta grelha de leitura à realidade capitalista, e veri-ficar-se-á facilmente que a sociedade no seu conjunto não consagra o mesmo esforço a todas as necessidades. A sucursal de banco ou a escola infantil são duas maneiras de dar emprego à riqueza social e temos de verificar que a opção não depende do «cidadão consumidor». De resto, pode pensar-se que ele preferiria sem dúvida uma decoração mais simples para o seu cofre e um ambiente mais estimulante para os seus filhos, mas a questão de momento não é essa: o que importa é que ele não tem meio de emitir qualquer sinal acerca desse tipo de opções.

Evidentemente, muitas necessidades, geralmente colectivas, escapam mais ou menos à lógica da rendibilidade. Neste sentido, há alguma planificação na economia de mercado: o capitalismo é temperado, mas nem por isso a lógica da rendibilidade deixa de impor a sua marca à dinâmica da acumulação. Fala-se de reduzir as despesas de saúde e não as compras de automóveis. Há também planificação nas grandes empresas, mas trata-se de planos individuais, que se opõem aos das concorrentes. Existe racionalidade neles, mas o seu alcance é restrito: a produção é planificada no interior dos grandes grupos, mas isso não pode subtraí-los aos riscos que decorrem da concorrência entre capitais.

O socialismo ou a lógica das necessidades

A eventual superioridade de um socialismo só pode residir, no fim de contas, no papel dominante concedido à lógica das necessidades. O modelo poderia ser o seguinte: é preciso, e essa é a condição principal, que a sociedade exprima directamente as suas preferências quanto à distribuição do esforço de investimento. Desta vez, a necessidade já não é só uma condição vazia de conteúdo que garanta a realização do valor: a intensidade da necessidade define uma hierarquia que deve ser respeitada, de certo modo as prioridades da sociedade. O economista soviético Kantorovitch (1963) exprimiu esta lógica em termos matemáticos. O funcionamento da sociedade socialista é assim formalizado: é necessário produzir, tendo em conta os recursos disponíveis, a maior quantidade de mercadorias, segundo proporções que são fixadas directamente pela sociedade. Muitas vezes assimilou-se demasiado esta apresentação à de Oscar Lange, e sem dúvida erradamente. A grande diferença reside, com efeito, no facto de o programa análogo, no caso do capitalismo, admitir como objectivo a maximização do lucro, e a proporção na qual são produzidos os diferentes bens ser um subproduto, e não uma restrição, do processo de maximização.

Noutros termos ainda, esta diferença essencial entre capitalismo e socialismo reside no modo de distribuição dos recursos, e principalmente a afectação do excedente. Não só mudam as modalidades do cálculo económico, mas a própria função. No capitalismo, é a exigência de maximização do lucro que determina para que sectores a economia vai dirigir o esforço de investimento: as prioridades do desenvolvimento social são restrições para esse cálculo económico. O socialismo define-se pelo contrário como o domínio exercido pelo conjunto da sociedade sobre as suas próprias prioridades, às quais o cálculo económico passa a estar subordinado. O económico desempenha um papel desmesurado no sistema capitalista, visto que não se limita a seleccionar os meios, mas contribui centralmente para revelar e calibrar as preferências sociais, ao passo que, segundo tais teorias, o socialismo corresponde a uma retracção da esfera do económico que está rigorosamente confinada a uma função de ajustamento dos meios para fins determinados noutras esferas. Preobrajenski insistia particularmente nesse desequilíbrio, quando explicava: «Com o desaparecimento da lei do valor no domínio da realidade económica, desaparece igualmente a velha economia política. Uma nova ciência ocupa agora o seu lugar, a ciência da previsão da necessidade económica em economia organizada, a ciência que visa obter o que é necessário da maneira mais racional. É uma ciência completamente diferente, é a tecnologia social, a ciência da produção organizada, do trabalho organizado, a ciência de um sistema de relações de produção em que as regulações da vida económica se manifestam sob novas formas, onde já não há "objectivação" das relações humanas, onde o feiticismo da mercadoria desaparece com a mercadoria» (Preobrajenski, 1926).

A ideia de uma gestão da economia que tomasse a satisfação máxima das necessidades sociais como critério de eficácia estava já presente entre os clássicos do marxismo, nomeadamente numa breve passagem do *Aní-Duhring* em que Engels esboça uma teoria da economia socialista: «Evidentemente, mesmo nessa época a sociedade será obrigada a saber quanto trabalho é necessário para produzir cada objecto de uso. Terá de delinear o plano de produção de acordo com os meios de produção, de que fazem parte muito especialmente as forças de trabalho. Serão, no fim de contas, os efeitos úteis dos diversos objectos de uso, pesados entre si e em relação às quantidades de trabalho necessárias à sua produção, a determinar o plano.

As pessoas regularão tudo muito simplesmente, sem intervenção do famoso "'valor'» (Engels, 1878).

A democracia social, princípio de regulação da economia socialista

A apresentação de Kantorovitch tem o interesse de pôr em destaque a dissociação que pressupõe o modo de funcionamento da economia socialista. Os seus objectivos são determinados, de certo modo, extra-económicamente, por oposição às leis do mercado capitalista que, ao mesmo tempo que asseguram a sua regulação, modelam os seus próprios fins, segundo um processo que não é socialmente dominado. A própria possibilidade desta dissociação baseia-se no que se poderia chamar a *hipótese da democracia socialista*: para funcionar segundo esta lógica superior, a sociedade deve dotar-se de meios para objectivar as suas próprias opções colectivas através dum plano democraticamente estabelecido, sem o que o cálculo económico acaba por funcionar com base em dados falsos. O fracasso económico dos países do Leste provém fundamentalmente de se ter

suprimido o que permite ao capitalismo funcionar sem instaurar o que é a condição necessária de existência do socialismo, ou seja, a democracia operária: «A planificação burocraticamente centralizada *suprimiu, pois, as relações sociais subjacentes ao mercado generalizado*, capitalista. Mas *não os substituiu por relações sociais socialistas*: não há nenhum controlo dos «produtores associados» sobre as opções de produção, não há democracia económica e política sobre as grandes opções» (Samary, 1988).

Embora se reduza muitas vezes a distinção entre capitalismo e socialismo a uma oposição entre mercado e plano, o binómio pertinente seria antes *apropriação privada* de um lado e *democracia social* do outro. É a grande lição da experiência estalinista: a planificação sem democracia social resulta na burocratização e na ineficácia. O que se passou no Leste mostra que a função de distribuição do excedente, que tinha sido retirada aos capitalistas privados, era na realidade exercida por uma exígua camada social autoproclamada órgão de expressão das necessidades sociais. De resto, alguns sociólogos húngaros falaram de «ditadura sobre as necessidades» (Fehér *et alii*, 1983). Tinha-se evidentemente suprimido o mercado dos investimentos, mas sem o substituir por mais nada. A defesa essencial do capitalismo, segundo a qual há que vender o que se produz, tinha sido retirada, tornando possível uma deriva cada vez mais incontrolada.

O problema da eficácia de uma economia socialista não é, pois, técnico-económico, mas eminentemente e directamente político. As prioridades que a sociedade define são determinadas de maneira extra-económica e impõem-se como objectivos às leis da técnica económica, ao passo que, pelo contrário, os fins sociais do capitalismo só aparecem depois, como subproduto das transacções mercantis. A democracia é portanto a própria condição de funcionamento de tal organização social, e esta concepção leva a colocar de outro modo a articulação entre plano e mercado.

A posição do mercado

A planificação não implica a supressão do mercado como instrumento de regulação. Porque não é o mercado em si que impõe a lógica de rendibilidade, mas essencialmente o facto de serem pessoas privadas ou em todo o caso categorias sociais estreitas a decidir sobre o investimento, em função de estratégias de capitais individuais. Assim, uma função eminentemente social, a de saber para que prioridades a sociedade dirige os seus esforços, é exercida por entidades privadas, e isso de maneira cada vez mais concentrada. É por essa razão que a planificação surge essencialmente como o meio de «socializar o investimento», para retomar a expressão famosa de Keynes. Se imaginarmos a instauração de um sistema de instituições democráticas de expressão e de definição das necessidades, quais poderão ser as modalidades de funcionamento da planificação? O primeiro princípio será de certeza não suprimir o mercado, se por mercado se entenderem as lojas de bens de consumo. A regulação pelos preços ainda é o meio mais simples de realizar a afectação do rendimento não socializado e modular o ajustamento entre oferta e procura. Mas, e é aí que se encontra esta distinção fundamental entre equilíbrio e dinâmica, é de outro modo que as coisas se passam com os bens de investimento. O acto de investimento é o exercício de um poder de decisão sobre a direcção tomada por uma economia em desenvolvimento. Não deve, pois, existirexercício individualizado desta função estratégica. Nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos, porque possuem uma empresa e ela produz lucros, deveriam poder investir sem considerar as prioridades

sociais essenciais.

A socialização do investimento significa que o conjunto dos lucros é posto em comum e em seguida utilizado, não segundo as estratégias particulares deste ou daquele capitalista, mas em função das prioridades sociais determinadas democraticamente. Mesmo que este processo decorra a nível regional e não deva chegar a um pormenor absurdo, a ideia de planificação contém a de centralização como momento necessário deste domínio social. É por essa razão que as nacionalizações são o instrumento incontornável da planificação. Mas, também neste caso, as palavras envelheceram. Se se admitir o postulado democrático, não se trata de nacionalizações no sentido jurídico, de grupos que em seguida funcionariam segundo os mesmos critérios, mas de nacionalizações que permitem orientar a economia de outro modo. A planificação passa nomeadamente pela definição de uma política industrial que não vê por que razão estaria condenada à ineficácia. Um banco nacional de investimento, bancos regionais, teriam assim por função distribuir o crédito em função da conformidade dos projectos com os objectivos do plano a nível nacional ou regional.

As condições da eficácia

Como, em tal quadro, gerir correctamente os unidades de produção e evitar seguir o trilho dos países do Leste? Esta questão é dupla, na realidade. Do lado da técnica, a questão é saber se existem preços que permitam apreciar a eficácia económica desta ou daquela despesa. A resposta, mais uma vez, não pode deixar de ser positiva: a sociedade planificada deve ser racional e utilizar, pois, da melhor maneira os recursos de que dispõe. Neste sentido contabilístico, os preços são insubstituíveis, salvo para postular a abundância: o preço de um bem representa a fracção de trabalho social que serviu para sua produção. Esta função pode de resto ser relativamente desligada do acto mercantil: podem existir contabilidades analíticas internas sem que haja verdadeiramente compra-venda entre os estabelecimentos de um mesmo grupo. Pode inclusive considerar-se a afectação de um «preço» - que poderia eventualmente tender para o infinito - ao uso de recursos naturais, mesmo que estes não sejam vendidos.

A outra vertente da questão da eficácia de uma economia planificada tem a ver com a motivação: se nenhuma sanção me ameaça (perda de rendimento, falência, despedimento), se as minhas possibilidades individuais de ganho são limitadas, de que serve aplicar-me, de que serve, muito simplesmente, trabalhar? «Eles fingem de me pagam um salário, e eu finjo que trabalho»: a URSS forneceu, deste ponto de vista, o exemplo de uma monstruosa esquizofrenia social onde os cidadãos-produtores faziam um mínimo, enquanto os mesmos cidadãos consumidores não encontravam nada nas lojas. A resposta não pode aqui deixar de ser abstracta: ela reside na socialização do trabalho, isto é, o conjunto dos dispositivos que fazem com que o homem no trabalho não só tenha a impressão de trabalhar para o seu próprio bem-estar individual, mas também de contribuir para o seu bem-estar social. Isso passa por vários canais essenciais que delimitam as especificidades de uma economia socialista.

O primeiro é uma repartição mais justa do rendimento, que é de resto o objecto principal da planificação, a qual visa orientar melhor o modo de desenvolvimento da economia: a superioridade de tal economia não reside tanto numa melhor repartição dos frutos do

crescimento quanto na qualidade deste desenvolvimento. Mas as coisas estão evidentemente ligadas, nomeadamente no que diz respeito à motivação dos trabalhadores. E o capitalismo não constitui, também aqui, uma referência óptima. De um ponto de vista moral, em primeiro lugar: as condições de funcionamento do capitalismo contemporâneo implicam uma desigualdade crescente dos rendimentos, contrariamente ao que se passava durante os anos de expansão. Mas também de um ponto de vista mais técnico: as políticas de austeridade e a individualização dos salários vão com efeito ao arrepio das evoluções tecnológicas. E mesmo possível sustentar que o capitalismo contemporâneo está em vias de aplicar as condições técnicas de um novo igualitarismo, mesmo que o seu modo de desenvolvimento actual tenda, pelo contrário, a gabar as virtudes da desigualdade e mesmo do enriquecimento sem causa.

Uma sociedade planificada voltaria a pôr um pouco de razão em tudo isso e poderia combinar equidade e eficácia. Hoje, os salários já não progridem, enquanto os ricos enriquecem dormindo: onde está a motivação para uma implicação real no trabalho? Regras do jogo mais justas, uma remuneração justa (a trabalho igual, salário igual), uma progressão do rendimento de cada um, garantindo que não estamos a ser vítimas da farsa social em proveito dos que possuem... tudo isso conduziria não a uma funcionalização, mas ao retorno à dignidade do trabalho.

As novas tecnologias são portadoras de uma dinâmica ambígua. Contrariamente aos hinos de louvor ao novo modelo de trabalho, a sua introdução num quadro capitalista tem como efeito a tendência para dualizar o mercado de trabalho e reservar as criações de empregos a sectores regressivos (baixos salários, baixa qualificação, domesticidade social). Mas elas supõem, em si, a implicação dos trabalhadores num trabalho cada vez mais colectivo, e tornam possível uma intermutabilidade dos postos de trabalho. A especialização flexível deveria portanto acompanhar uma poiivalência acrescida dos trabalhadores, sejam eles operários ou empregados. Mas o capitalismo é incapaz, por natureza, de ir até ao fim dessas implicações. Tem de reproduzir as condições gerais da sujeição salarial e não pode, no mesmo movimento, fazer exactamente o contrário. A modernização das empresas não ultrapassa o quadro complicado de um neotaylorismo (Linhart, 1994). São enormes ganhos de produtividade que se perdem, em razão dos «falsos custos» da exploração capitalista. A requalificação geral da força de trabalho seria em si um objectivo de uma sociedade planificada e daria base a outro modo de motivação, que não fosse pela incitação salarial individual. Trata-se simultaneamente de mobilizar as enormes potencialidades das inovações tecnológicas, e, no mesmo tempo, criar condições de viabilidade de uma autêntica autogestão. Com efeito, a poiivalência opõe-se imediatamente à divisão técnica do trabalho, e mais largamente à divisão social. Subscrevemos aqui a bela fórmula de Castoriadis, segundo a qual «o socialismo é a transformação do trabalho». Para ele, esta sociedade distingue-se principalmente «pela transformação da natureza e do conteúdo do trabalho, o que significa a transformação consciente da tecnologia herdada, de forma a subordinar esta tecnologia, pela primeira vez na história, às necessidades do homem não só como consumidor, mas como produtor» (Castoriadis, 1957).

Finalmente, a dimensão regional da planificação é primordial, porque é um meio de aproximar-se das pessoas envolvidas pelas decisões e, em seguida, também porque o desenvolvimento actual de economia repousa cada vez mais numa integração regional conseguida. O Gosplan soviético, que impunha que determinada encomenda feita por

uma fábrica de Leninegrado a outra transitasse por Moscovo, pôde fornecer um contra-exemplo perfeito na matéria. Mas o exemplo jugoslavo mostrou que existe um excesso inverso possível. Nenhuma sociedade pode, com efeito, funcionar numa base puramente local sem se fraccionar: há decisões, muitas vezes das mais importantes, que necessitam de um tempo de centralização. Uma política agrícola não pode ser definida ao nível de cada departamento, necessita das arbitragens, das transferências, das compensações, pelo menos a nível nacional. A planificação deve, pois, ser considerada como um processo de vaivém entre o local e o nacional, entre o particular e o geral. Os projectos elaborados ao nível local não são forçosamente compatíveis entre si: interesses contraditórios, erros possíveis, recursos globais insuficientes. Há que fazer, de todas as formas, opções que, no fim de contas, se farão de uma maneira ou de outra. O processo de planificação, com a sua «respiração» de descentralização/centralização, deve visar tornar essas opções transparentes e dominadas colectivamente.

Uma resposta adequada à crise das relações mercantis

A alternativa social deve definir-se antes de mais nada em relação à crise do trabalho. Esta, como tentámos mostrar, vai bem mais longe que uma simples crise de saídas, visto que volta a pôr em causa o próprio princípio da lei do valor. É necessário recordar essa passagem espantosa em que Marx diz do capital que é «apesar de tudo o instrumento que cria os meios do tempo social disponível, que reduz incessantemente a um mínimo o tempo de trabalho para toda a sociedade e liberta, pois, o tempo de todos com vista ao desenvolvimento próprio de cada um. No entanto, tende sempre a criar tempo disponível por um lado, para o transformar em sobre-trabalho por outro. Se conseguir demasiado bem criar tempo de trabalho disponível, sofrerá de sobreprodução, e o trabalho necessário será interrompido, porque o *capital já* não pode pôr em valor *nenhum sobretrabalho*. Quanto mais esta contradição se desenvolve, mais se revela que o crescimento das forças produtivas já não poderá ser travado por apropriação do sobretrabalho de outrem» (Marx, II).

Esta citação remete para uma contradição própria da automatização que surge pela primeira vez, sem dúvida como dimensão significativa da crise. Enquanto os aspectos mais clássicos da teoria marxista bastariam para explicar os ciclos e as crises da primeira metade deste século, é a integralidade da crítica marxista que é preciso mobilizar para compreender bem o alcance da crise actual. Nesse sentido, esta crise reactualiza uma dimensão fundamental da obra de Marx que o economismo da Segunda Internacional e depois da Terceira Internacional estalinizada tinha feito passar para segundo plano. Para apreender bem este aspecto das coisas, pode passar--se a um caso limite, imaginando uma automatização da produção pouco mais ou menos integral em que o gasto de trabalho seria reduzido a um mínimo. É para aí que tende o desenvolvimento das forças produtivas, e é quase uma realidade em certos sectores da produção. Mas como se forma então a mais--valia, como se fixa o salário, como se repartem as mercadorias produzidas nessa situação? É claro que os critérios capitalistas perdem parte do seu sentido e o capitalismo já não pode obrigar o conjunto da sociedade a funcionar segundo critérios que se tornaram complicados, porque já não cobrem o conjunto dos novos problemas colocados à técnica económica.

Pela gratuidade

A perda de substância do critério de economia de tempo de trabalho conduz a esta outra ideia: é preciso atacar a lógica salarial mercantil, do interior, pela transformação do trabalho, do exterior, pela ampliação de um rendimento garantido pago em dinheiro, sob forma de uma extensão da gratuidade. Trata-se de uma forma justa de repartição das riquezas produzidas, poder-se-ia até dizer que gratuidade e equidade são conceitos indissociáveis. Uma sociedade socialista deveria tender imediatamente para a dissolução das relações mercantis e tomar a iniciativa de alargar a área dos serviços prestados gratuitamente pela sociedade aos seus membros, em matéria de saúde, de educação, de guarda dos filhos, de transportes, de lazeres, etc. Grande parte desses sectores já estão de resto socializados: em vez de fazer marcha atrás, é necessário generalizar e colocar sob controlo social esses procedimentos. A extensão da gratuidade é de resto coerente com a redução maciça do tempo de trabalho: a recuperação do tempo para si, livremente afectado, é ainda a maneira mais eficaz de restringir a esfera mercantil ao estrito mínimo.

Estas pistas delineiam um projecto de sociedade que não tem evidentemente muito a ver com o «socialismo real» dos país de Leste, e representa uma alternativa global ao impasse capitalista, libertando os elementos duma contracoerência. O movimento social terá cada vez mais necessidade de tal referência, e é também ele que poderá contribuir para tornar mais concreta esta utopia. Ainda não chegámos lá, evidentemente, e a questão que se coloca hoje é em primeiro lugar a de um projecto que possa ser aplicado de imediato.